DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.ICN-2361/2015**
PROCESSO TC/MS	:	TC/10044/2014
PROTOCOLO	:	1517818
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPORA
ORDENADOR DE DESPESAS	:	VANDERLEI BISPO DE OLIVEIRA
CARGO DO ORDENADOR	:	PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 084/2014
ÓRGÃO JULGADOR	:	JUÍZO SINGULAR
RELATOR	:	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
CONTRATADA	:	MEGA-STOP CAR MECANICA DE VEICULOS LTDA - ME
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	CONVITE Nº 011/2014
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA REPOSIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 63.421,00

EMENTA

CONTRATO ADMINISTRATIVO – 1ª E 2ª FASES – LICITAÇÃO – CONVITE – AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA REPOSIÇÃO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICOS - INSTRUMENTO REGULARMENTE FORMALIZADO - ATOS LEGAIS E REGULARES - PROSSEGUIMENTO.

Versam os presentes autos sobre o procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Convite nº 011/2014 e a formalização do Contrato Administrativo nº 084/2014 (peça 16 - fls. 1/10).

A contratação é precedida de procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Convite nº 011/2014, ao qual se vincula nos termos do Estatuto de Licitações e Contratos.

O objeto da contratação é a aquisição de peças automotivas para reposição e prestação de serviços mecânicos de automóveis, conforme detalhamento contido na Cláusula Primeira (peça 16 - fl. 2).

O valor pactuado pelas partes importa em R$ 63.421,00 (sessenta e três mil, quatrocentos e vinte e um reais), conforme consignado na Cláusula Terceira (peça 16 - fl. 2).

O prazo estabelecido contempla o período de 23 de maio de 2014 a 31 de dezembro de

2014, nos termos da Cláusula Quarta (peça 16 – fl. 3).

A análise nestas primeira e segunda fases recai sobre o procedimento licitatório e a formalização do Instrumento Contratual, nos termos do art. 120, I e II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

A unidade de instrução procedeu à análise dos atos praticados nestas fases emitindo o seu juízo de valor opinando pela regularidade e legalidade de tais procedimentos, com a ressalva quanto a habilitação de um dos participantes, consoante Análise ANA – 2ª ICE – 20115/2014 (peça 22 - fls. 1/6).

O douto Ministério Público de Contas adotou a mesma linha de entendimento prolatou o r. Parecer PAR-MPC-GAB.5 DR. JOAOMJR-874/2015 (peça 23 - fl. 1), pugnando pela regularidade e legalidade dos atos praticados em ambas as fases.

É o que cabe relatar.

Conclusos vieram-me os presentes autos para relatar.

Verifico que foram observadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, II, "b" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013, razão pela qual passo ao exame do mérito.

O procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Convite nº 011/2014 foi regularmente processado, observadas as disposições aplicáveis a esta modalidade de licitação, bem como da contratação dela derivada nos termos do Estatuto das Licitações e Contratos.

O objeto da presente contratação é a aquisição de peças automotivas para reposição e prestação de serviços mecânicos de automóveis, conforme detalhamento contido na Cláusula Primeira (peça 16 - fl. 2).

O valor pactuado pelas partes importa em R$ 63.421,00 (sessenta e três mil, quatrocentos e vinte e um reais), conforme consignado na Cláusula Terceira (peça 16 - fl. 2).

O prazo estabelecido contempla o período de 23 de maio de 2014 a 31 de dezembro de 2014, nos termos da Cláusula Quarta (peça 16 – fl. 3).

Procedendo a análise dos atos praticados nestas fases ora em apreciação o Corpo Técnico entende que os mesmos estão em consonância com as disposições legais vigentes, razão pela qual merecem receber a aprovação, asseverando, (peça 22 - fl. 5), *verbis:*

> Diante do exposto, concluímos pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório **Convite nº 11/2014** e da formalização do **Contrato Administrativo nº 84/2014**celebrado entre **Município de Município de Japorã** (CNPJ nº 15.905.342/0001-28) e a empresa **Mega Stop Car Mecanica de Veículos LTDA - ME** (CNPJ nº 10.676.597/0001-42), como contratada nos termos do inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 160 de 02/01/2012 e inciso II do art. 121 do Regimento Interno deste Tribunal aprovado pela Resolução Normativa nº 76/2013, tendo em vista a observância dos preceitos legais que regem a matéria analisada.

O douto Ministério Público de Contas adotando a mesma linha de entendimento adotado pelo Corpo Técnico exara o seu r. Parecer opinando pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e formalização do instrumento contratual, mediante a seguinte dicção (peça 23 - fl. 1), *in verbis:*

> Pelo que dos autos constam e de acordo com a manifestação do corpo técnico, este Ministério Público de Contas, com fulcro no artigo 11, III, da Lei Complementar Estadual n. 148/2010, conclui pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização do Contrato Administrativo em apreço, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c o art. 120, I e II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

Assiste razão ao eminente Procurador de Contas porquanto os atos praticados no curso de instrução processual relativamente ao procedimento licitatório e a formalização contratual revelam que foram observadas as disposições legais regedoras da matéria, razão pela qual a presente contratação esta a merecer a aprovação desta Corte de Contas.

Mediante o exposto e, acolhendo a manifestação do Corpo Técnico e o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, e, com fundamento no art. 10, II, § 3º, IV, "a", V, c/c o art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013,

DECIDO:

1 – pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório desenvolvido na

modalidade de Convite nº 011/2014 e a formalização do Contrato Administrativo nº 084/2014, celebrado entre o Município de Japorã/MS, CNPJ/MF nº 15.905.342/0001-28, por seu Prefeito Municipal, Senhor Wanderley Bispo de Oliveira, CPF/MF nº 356.506.721-72, como contratante, e, de outro lado, a Empresa Mega Stop Car Mecânica de Veículos Ltda. - ME, CNPJ/MF nº 10.676.597/0001-42, por seu Representante, Senhor João Vanderley Gomes Feitosa, CPF/MF nº 446.093.531-72, como contratada, por guardarem conformidade com as disposições legais aplicáveis à espécie, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, I e II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2 – pelo retorno dos presentes autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo para o acompanhamento da execução contratual, na forma regimental;

3 - É a decisão.

4 – Publique-se, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Campo Grande/MS, 09 de abril de 2015.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator